

# NAS ÁGUAS DO GUANDU



Ano 6 - Edição 7 - Maio/2015

*Informativo Impresso do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim*

## MATA CILIAR: REFLORESTAR PARA RENOVAR

*Exemplo pioneiro, PSA-Guandu tem alcançado importantes resultados. Nascentes voltaram a brotar água após recuperação das matas ciliares*

*Em tempos de escassez hídrica, recuperação florestal é iniciativa para enfrentar os períodos de seca, como o que passa a região Sudeste*

Leia mais na página 6

**CAR-Guandu  
será ampliado  
em 2015**

Leia mais na página 4

**Comitê Guandu  
antecipa repasse  
ao CEIVAP**

Leia mais na página 8

**Produtores de Água  
e Floresta tem  
contrato renovado**

Leia mais na página 9



O Boletim Informativo NAS ÁGUAS DO GUANDU é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - CBH Guandu

BR 465, km 7, Campus da UFRRI - Prefeitura Universitária Seropédica (RJ) - CEP: 23897-000 - Tel: (21) 3787-3729  
www.comiteguandu.org.br - guandu@agevap.org.br

**Diretor Geral:** Júlio Cesar O. Antunes  
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)

**Diretor Executivo:** Decio Tubbs Filho  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRI)

**Diretores:** Livia Soalheiro (Secretaria de Estado de Ambiente - SEA),  
José Anunciação Gonçalves (Prefeitura Municipal de Queimados),  
José Gomes Barbosa Júnior (Light Energia S/A),  
Amisterdan Ribeiro Cristo (Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro - SIMARI).



**Coordenação Técnica:** Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)  
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (Loja 1A) - Manejo - Resende (RJ)  
CEP: 27520-005 - Tel: (24) 3355-8389 - www.agevap.org.br  
agevap@agevap.org.br

**Presidente do Conselho de Administração:**  
Friedrich Wilhelm Herms

**Presidente do Conselho Fiscal:** Sinval Ferreira da Silva

**Diretor-Executivo:** André Luis de Paula Marques

**Diretora de Relações Institucionais Interina:** Aline Raquel Alvarenga

**Diretor Administrativo Financeiro:** Diego Elias M. Nascimento Gomes

**Gerente de Recursos Hídricos:** Juliana Fernandes

**Coordenadora de Núcleo:** Fátima Rocha

**Produção Gráfica e Editorial, Diagramação, Arte-Final, Reportagens, Redação, Fotografias, Edição e Revisão:**  
Assessoria de Comunicação do CBH Guandu -  
Montenegro Grupo de Comunicação - Tel. (21) 2215-9463  
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br

**Diretor Executivo:** Cláudio Montenegro (MTb 19.027)

**Jornalista Responsável:** Leonardo Poyart

**Supervisor de Comunicação:** Richard Hollanda

**Reportagens:** Caroline Dias, Lucas Lacerda e Tiago Nicacio

**Programação Visual:** André Carneiro

**Fiscalização e Acompanhamento:** Aline Raquel Alvarenga e Fátima Rocha

**Tiragem:** 3.500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Caros leitores, chegamos à sétima edição do “Nas Águas do Guandu”. E neste número mostraremos aquilo que demais importante é feito pelo Comitê Guandu.

Você verá, por exemplo, a participação do Comitê no Congresso Internacional de Segurança da Água, realizado em março, em Brasília. Lá, apresentamos o trabalho vencedor do Prêmio ANA 2014, o “Diagnóstico Ambiental e Dimensionamento de Medidas de Mitigação para Minas D’água”.

Também são temas desta edição as evoluções alcançadas, em 2014, pela equipe do Cadastro Ambiental Rural (CAR-GUANDU). Em 2015, o projeto será ampliado. Também são pautas as ações realizadas pelo Sindicato de Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (SIMARJ), em Seropédica, que está atuando na contratação de estudos e adequação da atividade mineradora às normas ambientais.

Por fim, destacaremos ações relacionadas à escassez hídrica, como a antecipação do repasse feito ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) dos recursos referentes à transposição de água para a Bacia do Rio Guandu para a realização de obras emergenciais.

Também falaremos do projeto Produtores de Água e Floresta (PAF), realizado com sucesso em Rio Claro, no Sul Fluminense. E aproveitando o tema, abordaremos as ações de restauração das matas ciliares, como o PSA-Guandu e a restauração das margens do Rio Guandu, projeto idealizado pela CEDAE e que tem obtido excelentes resultados.

Assunto é o que não falta nesta edição. Boa leitura!

## Acontece

### PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Comitê Guandu apresentou, em março, o seu Plano de Contingência na Secretaria de Estado da Defesa Civil do Rio de Janeiro. A reunião teve como objetivo divulgar o produto final do Plano, que começou a ser elaborado em 2013 pela DRZ Geotecnologia e Consultoria.

As instituições envolvidas no projeto concordaram em estabelecer uma agenda de reuniões mensais, a fim de discutir as propostas de ação trazidas pelo Plano de Contingência.

O Plano de Contingência funciona como um guia para a prevenção e resposta a eventos críticos que comprometam a qualidade da água na RH-II, como acidentes com vazamento de produtos químicos. O foco é a proteção dos mananciais, com o intuito de garantir a captação de água pela ETA Guandu.

## COMITÊ GUANDU PARTICIPA DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA DA ÁGUA



*Congresso discutiu os riscos e prevenções quanto à segurança da água*

O Comitê Guandu participou do Congresso Internacional de Segurança da Água, realizado em março, em Brasília. O órgão foi representado pela coordenadora de estudos e projetos do Comitê Guandu, Janaína Vettorazzi, que apresentou o trabalho vencedor do Prêmio ANA 2014: “Diagnóstico Ambiental e Dimensionamento de Medidas de Mitigação para Minas D’água”.

O Congresso Internacional de Segurança da Água antecedeu as comemorações pelo Dia da Água e teve como tema “Menos Risco e Mais Saúde”. Representantes de órgãos e comitês do Brasil, da América Latina, Estados Unidos, além de diversos países da Ásia e Europa, participaram. As principais instituições brasileiras presentes foram: Ministério da Integração Social, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Secretaria de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Secretaria de Vigilância em Saúde, Agência Nacional de Águas, Opas Brasil, Funasa e FNS.

O Congresso discutiu o Plano de Segurança da Água (PSA). “A ideia era proporcionar um debate intersectorial com órgãos nacionais e internacionais sobre aspectos da política de regulação de gestão de vigilância e controle da qualidade da água para o consumo humano, visando à melhoria da qualidade da água para

consumo no Brasil e em outros países de modo geral”, explicou Janaína Vettorazzi.

Durante os três dias do Congresso foram abordados temas, como: água e saúde pública, a implementação dos planos de segurança da água, a regulação do saneamento, a gestão de recursos hídricos e a prevenção de riscos na produção e/ou distribuição de água para consumo humano durante eventos climáticos.

Houve, ainda, uma abordagem sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (OSM), que são compromissos adotados pelos países na implementação dos planos de segurança da água.

Janaína Vettorazzi comenta que, de acordo com a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) o ODM número 7, relacionado à água, não se cumpriu em nível global, o que é preocupante.

Para alcançá-lo, os países precisam atingir quatro metas relativas à proteção dos recursos ambientais de modo geral.

“Nessa avaliação eles conseguiram ver que as metas relacionadas à água ainda estão um pouco mais avançadas do que em relação ao saneamento. Um exemplo é que houve uma redução do percentual de pessoas sem água potável, que passou de 24% para 11% da população mundial, mas com relação a esgotamento sanitário isso ainda está longe de ser alcançado”, diz.

Janaína complementa a importância desses resultados para a implementação de políticas para a solução dos problemas hídricos no Brasil. “A OPAS considera que é prioritário que sejam desenvolvidos grupos técnicos para a elaboração dos planos de segurança da água, como um fator de urgência. É preciso ter em mente que o mundo ainda não conseguiu atingir os objetivos estabelecidos, pois existem muitas assimetrias, entre áreas urbanas e rurais, intra-nacional e internacional, entre gêneros e grupos étnicos. Estamos falando de ser humano, então a nossa abordagem precisa ser voltada para ele”, conclui.

## APÓS BONS RESULTADOS, CAR NA RH-II SERÁ AMPLIADO



*Responsável técnico do CAR-Guandu, Mário Landi (em pé, à esq.), em visita à secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba*

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI-RJ) aprovou em 2012 a destinação de recursos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica para apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) em todas as regiões hidrográficas do Estado. Este é um importante instrumento de concessão de crédito rural, ações de restauração e conservação ambiental, entre outros tipos de ação para uso sustentável e preservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, desde maio de 2014, sob a coordenação técnica do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a equipe atuante no Guandu vem trabalhando no mapeamento de propriedades da RH-II.

Em quase um ano de visitas e mapeamentos, os primeiros resultados têm sido satisfatórios. A cada dia, mais proprietários estão querendo ser inseridos no Cadastro. Para 2015, a expectativa é capacitar gestores ambientais e, assim, proporcionar a multiplicação das ações de cadastramento na região.

Coordenadora do CAR no Estado do Rio de Janeiro, Julia Bochner (INEA) afirmou que em 2014 os esforços foram direcionados às atividades de divul-

gação, mobilização e identificação de produtores e atores locais, além da execução de 1.900 cadastros.

“Nos primeiros meses de 2015 vimos um incremento expressivo no número de cadastros, devido à proximidade do término do prazo de inscrição. Os números passaram de 2 mil para cerca de 6.100 cadastrados”, disse.

Na Região, o CAR é desenvolvido junto com o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNAHR) e feito em parceria com prefeituras, ONGs, órgãos de extensão rural e com os próprios produtores da bacia do Guandu. A sua realização é importante para a área, visto que 44% da região é coberta por vegetação nativa em estágio avançado de regeneração, enquanto cerca de 39% correspondem a pastagens e 9% a áreas urbanas de diferentes graus de densidade.

É em virtude disso, também, que a realização do CAR é desenvolvida em parceria com outras iniciativas de mapeamento e correntes no Comitê Guandu. Para iniciar as pesquisas e o planejamento, o corpo técnico buscou dados do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (PERH-GUANDU), e também em

projetos como o Rio Rural, Semeando Verde e Produtores de Água e Floresta (PAF), por exemplo.

No ano passado, essa articulação iniciou com reuniões nas cidades da RH-II, de forma que a equipe do CAR e os produtores rurais, agentes das Prefeituras, órgãos de extensão rural e ONGs pudessem discutir demandas dos municípios e os caminhos para a execução do Cadastro. Magno Roza, extensionista rural da EMATER Rio/Itaguaí e membro do Comitê Guandu, apontou que, após a criação do CAR, surgiram outras questões de mapeamento.

“A EMATER-RIO sempre realizou mapeamentos nas áreas rurais, como ferramenta nos levantamentos de produção e perdas agropecuárias, no processo de organização comunitária e, principalmente, na elaboração de projetos técnicos. Recentemente, com o advento do CAR, os próprios produtores rurais começaram a nos procurar, em busca de informações”, completou Magno.

A convergência dos trabalhos da EMATER e da equipe do CAR tem como objetivo facilitar o acesso a linhas de crédito, aos processos de licenciamento e toda uma variedade de projetos para os produtores rurais.

“A entrada no cadastro abre um leque de possibilidades para os agricultores, como o acesso ao Banco Público de Áreas para Restauração do INEA, a agilidade na regularização ambiental, a participação nos programas de Pagamento por Serviço Ambiental (PSA), entre outros”, afirmou o engenheiro agrônomo Mario Landi, responsável técnico pelo CAR/CNARH GUANDU.

Um fator importante do Cadastro como ferramenta de planejamento é sua associação com

programas de PSA. O PRO-PSA, programa de Pagamento por Serviço Ambiental do Comitê Guandu, criado em 2012, considera o CAR como uma base de dados para mapeamento físico da região hidrográfica e avaliação das propriedades rurais do ponto de vista ambiental.

## NOVAS AÇÕES

Uma das tônicas para 2015 é o plano de capacitar gestores ambientais para multiplicar as ações de cadastramento na região. Mario Landi afirma que, após as reuniões iniciais, este será o melhor caminho.

“As perspectivas para o ano de 2015 são muito boas, pois existe a demanda crescente por parte das associações de produtores rurais para realização dos cadastros e do aperfeiçoamento das metodologias de campo e escritório. Da mesma maneira, a formalização dos Termos de Cooperação Técnica (TCT) junto aos vários municípios e a ampliação da equipe darão um impulso nas atividades de divulgação do CAR e execução dos cadastros”, contou Mario.

O agrônomo acrescenta, ainda, que os TCTs incluem a realização de cursos para os quadros técnicos das Prefeituras, além de reuniões periódicas e acompanhamento do trabalho desenvolvido.

“Este tipo de iniciativa remete ao potencial de capilaridade dos Comitês. Isso se explica na capacidade destes órgãos de aproximar usuários, sociedade civil e governo na gestão de Recursos Hídricos e todo o universo. Especificamente sobre o Cadastro, a parceria entre a equipe técnica e os órgãos públicos agiliza o atendimento às demandas da legislação”, conclui.



Representantes do CAR-GUANDU com funcionários da secretaria de Meio Ambiente de Queimados



*Um dos benefícios de projetos como o PSA-GUANDU é o retorno da água em nascentes*

## PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO AUXILIAM NA PREVENÇÃO DO DESABASTECIMENTO

Nos últimos meses, tem-se falado bastante sobre adoção de medidas que reduzam o impacto da falta d'água nos municípios. Entre as mais citadas, estão: o reaproveitamento da água da chuva, o reuso da água e o maior controle do desperdício. Entretanto, pouco tem-se atentado para a necessidade de se tomar medidas de longo prazo, como é o caso do reflorestamento de matas ciliares.

Dentro dessa proposta, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) tem desenvolvido, desde 2009, o Projeto Produtores de Água e Floresta (PAF) - iniciativa pioneira realizada em Rio Claro, no Sul Fluminense, e que remunera os produtores rurais que contribuirão na preservação e conservação de áreas de mananciais e matas ciliares antes degradadas.

De acordo com o representante do Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA) no Comitê Guandu, Iran Bittencourt, desde o lançamento até abril de 2015, o PAF, no município de Rio Claro, foram contratados cerca de 430 hectares para restauração e em torno de 3.300 para conservação.

“Lançamos o projeto pela necessidade de se recuperar e preservar as principais nascentes do Rio Pirai, cuja região é responsável por até 15% dos recursos hídricos disponíveis no Sistema Guandu. Com o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), incentivamos os agentes que, comprovadamente, adotam, contribuem ou implementam práticas para a proteção e recuperação dos recursos naturais e de mananciais, auxiliando o resgate do potencial de geração de serviços ecossistêmicos, provendo benefícios às bacias hidrográficas e à sociedade”, explica.

Iran Bittencourt conta, ainda, que o projeto teve excelente adesão do público-alvo, uma vez que incentiva e conscientiza proprietários, detentores de imóveis rurais ou responsáveis pelo uso e manejo do solo a conservarem os recursos naturais, tão necessários às suas atividades. Entre os principais benefícios ambientais produzidos até o momento, estão: a conservação dos solos, a redução de erosões, a diminuição de enchentes e enxurradas, o abastecimento dos lençóis freáticos, o aumento da biodiversidade e da cobertura

vegetal local, a adequação ambiental de propriedades rurais, a proteção de nascentes e matas ciliares e a atração da fauna.

Na esfera social, as vantagens também são inúmeras, como a geração de empregos diretos e indiretos, o aquecimento do comércio local, a capacitação de profissionais no que diz respeito ao combate a incêndios florestais, sistemas agroflorestais, técnicas de preparo de solo, controle de formigas, adubação, plantio e manutenção florestal, além de assistência técnica nas áreas de trabalho.

Com base no PAF, o Comitê Guandu criou o PRO-PSA Guandu, que favorece a criação de projetos de PSA na Região Hidrográfica do Guandu (RH II). Para fazer parte do projeto é preciso que os municípios interessados possuam base legal que viabilize o apoio financeiro aos Produtores de Água e Floresta. Iran ressalta a importância de se integrar à iniciativas como esta. “Estamos passando pela pior escassez hídrica dos últimos 80 anos. Os resultados alcançados até hoje pelo programa mostram que estamos no caminho certo para a recuperação e conservação dos recursos ecossistêmicos, pois somente com água em quantidade e qualidade seremos capazes de administrar novas crises com segurança”, completa.

O programa atua no chamado Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina que conecta os maciços florestais representados, de um lado, pela Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu e, de outro, pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina.

### **CEDAE REPLANTANDO VIDA**

Desde 2008, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) mantém iniciativas de recomposição da mata ciliar nos rios Macacu e Guandu.

O Projeto Replantando Vida capacita, por meio de parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), agentes de reflorestamento provenientes do sistema prisional do estado e que estão retornando à sociedade por meio do trabalho.

Cerca de dois mil apenas já participaram do projeto, que conta com cinco viveiros de plantas em instalações da companhia espalhadas pela Região Metropolitana, onde são produzidas mais de 1,3 milhões de mudas por ano.

Além de recuperar a vegetação dos mananciais, o projeto promove a inclusão social e profissional dos presidiários. Os apenas são remunerados mensalmente pelo trabalho, com direito a auxílio transporte e alimentação, tendo ainda o seu tempo de pena reduzido em um dia para cada três trabalhados.

De acordo com o coordenador do projeto, Alcione Duarte, os benefícios do reflorestamento, em curto prazo, decorrem da melhoria da qualidade da água e, a longo prazo, do aumento do volume dos rios, desde que as nascentes sejam preservadas, cercadas e revegetadas. Essas medidas proporcionam uma maior segurança hídrica na região em que a iniciativa é aplicada.

“A nossa ação tem sido feita com uma preocupação muito grande em relação à segurança hídrica, e se torna relevante para esse momento de crise hídrica, uma vez que colabora para a melhoria do sistema de abastecimento e essa discussão ajuda as pessoas a perceber a real importância da água para o nosso dia-a-dia”, esclarece Alcione.

O programa Replantando Vida produz mudas de 127 espécies de árvores da Mata Atlântica, como Quaresmeira, Embaúba, Guapuruvu e Pau-Brasil.



À esquerda, viveiros de mudas sendo manipuladas por agentes de reflorestamento em Magé. À direita, área próxima à captação da ETA Guandu, recuperada após o plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica

# COMITÊ ADIANTA REPASSE AO CEIVAP PARA COMBATER ESTIAGEM NO PARAÍBA DO SUL



Anúncio do repasse foi feito em coletiva de imprensa realizada pela AGEVAP

Para auxiliar na realização de obras emergenciais no combate ao estresse hídrico, o Comitê Guandu concordou em antecipar o repasse feito ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) dos recursos referentes à transposição de água para a Bacia do Rio Guandu.

Conforme a Resolução nº 114 do Comitê Guandu, que dispõe sobre o tema, o CEIVAP receberá R\$ 6,5 milhões, referentes aos anos de 2017 a 2019. A deliberação nº 226/2015, do Comitê de Integração, que é relativa às obras emergenciais, foi aprovada, por unanimidade, durante a primeira Reunião Plenária que a mesma realizou em março.

A necessidade das obras foi apontada após uma série de vistorias realizadas por técnicos da Agência Nacional de Águas (ANA), representantes do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP).

As inspeções indicaram que alguns municípios tiveram a capacidade dos sistemas de captação de água comprometida, em função da redução da vazão defluente dos reservatórios.

“As obras emergenciais têm o intuito de manter a oferta de água sem comprometer o uso. Com essas intervenções, será possível ter mais flexibilidade na operação hidráulica, além de diminuir a possibilidade de racionamento”, afirmou Julio Cesar O. Antunes, diretor geral do Comitê Guandu.

Ao todo, o CEIVAP, através de sua agência de bacia – AGEVAP – investirá R\$ 13,5 milhões nas obras de combate à estiagem. Desse montante, aproximadamente R\$ 8,5 milhões serão aplicados em cidades do Rio de Janeiro, e o restante será destinado a intervenções nos municípios paulistas que integram a Bacia do Paraíba do Sul.

Vassouras e Barra do Piraí receberão três intervenções cada, todas em estações de tratamento. São Fidélis, Sapucaia, São João da Barra, Volta Redonda, Barra Mansa e Três Rios também serão contemplados pelas ações emergenciais, que incluem ainda prolongamento de tubulações e construção de poço artesiano.

A meta é ter as novas captações operando em junho. “O que nós estamos fazendo aqui é um ato preventivo. É armazenar a água para não ter que usar o volume morto e, se for um ano pior ainda que 2014, a gente ter de onde tirar essa água”, disse André Marques, diretor-presidente da AGEVAP.

## CONTRATOS DO PROGRAMA PRODUTORES DE ÁGUA E FLORESTA SÃO RENOVADOS

**E**m fevereiro, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) garantiu a continuidade de um projeto pioneiro no Estado do Rio de Janeiro. Os produtores rurais da cidade de Rio Claro, no Sul Fluminense, renovaram seus contratos com o programa Produtores de Água e Floresta (PAF).

O PAF recompensa financeiramente quem contribui para a preservação e restauração de mananciais localizados na região do Alto Rio Pirai. O local foi escolhido devido à sua importância no abastecimento de aproximadamente 9 milhões de pessoas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto tem como base o desafio apontado durante a criação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos, que vislumbra a adequação na gestão e manejo desse território.

A perda de cobertura do solo é um dos fatores-chave nesse tópico, pois acelera os processos de erosão e sedimentação, colocando em risco os recursos hídricos do estado. Por conta das intervenções promovidas pelo PAF, o município tem, atualmente, um total de 3.300 hectares em conservação, e outros 430 em restauração.

“É uma ação fundamental para manter o equilíbrio do ciclo hidrológico na região”, disse o diretor geral do Comitê Guandu, Julio Cesar O. Antunes.

Apesar da urgência em melhorar a oferta e qualidade da água no estado devido à crise hídrica, Julio Cesar explicou que o PAF só gerará resultados em médio e longo prazo. Por isso, desde 2007 o Comitê Guandu mantém o trabalho na região de Rio Claro. E o objetivo é expandir o raio de ação do projeto. “Pretendemos levar essa política de gestão hídrica para todas as áreas prioritárias da Bacia”, afirmou o diretor geral.

### PROJETO BASEADO EM MODELO FRANCÊS

O PAF aplica o modelo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), conceito surgido na década de 1990, na França. A lógica é a de que, se quem usa a água deve pagar pelo serviço, os indivíduos que ajudam a melhorar a qualidade deste bem público ou ampliar sua oferta também precisam ser recompensados.



*Um dos proprietários ao receber o pagamento por preservação de mata ciliar*

O Comitê Guandu já investiu R\$ 800 mil no PAF e, de acordo com o Plano de Aplicação Plurianual (PAP), ainda poderão ser disponibilizados R\$ 13 milhões para ações que utilizem o conceito do PSA.

Para concretizar a meta de ampliação do programa, em 2015 foi lançado o edital N° 04/2015, disponível no site do Comitê Guandu, para seleção de novos projetos de PSA que contemplem ações de restauração e conservação florestal na Região Hidrográfica II – Guandu. As propostas podem ser enviadas até o dia 25 de maio.

Em reconhecimento ao trabalho desenvolvido com o apoio do Comitê Guandu, a Agência Nacional de Águas (ANA) selecionou o PAF como um dos semifinalistas do Prêmio ANA 2014.

# SIMARJ INVESTE EM AÇÕES AMBIENTAIS PARA 2015



Reuniões com profissionais de mineração de areia são algumas das ações implementadas pelo SIMARJ

A extração mineral é uma atividade econômica de grande relevância no estado. Seropédica, por exemplo, segundo o “Panorama Mineral do Estado do Rio de Janeiro”, publicado em 2012 pelo Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), representa 43% do que é produzido no Rio de Janeiro. E é neste cenário que o Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (SIMARJ) tem trabalhado, proporcionando o desenvolvimento das atividades e o equilíbrio ambiental da região.

Hoje, o Sindicato está atuando na contratação de estudos e adequação da atividade mineradora às normas ambientais e é membro do Comitê Guandu, representado por Amisterdan Ribeiro, que integra a Diretoria Colegiada para o biênio 2015-2016. Além disso, participa de ações como reflorestamentos no entorno da Região Hidrográfica II (RH-II).

A produção de areia representa uma atividade de impacto ambiental nos ecossistemas locais. No rol de atividades do Sindicato de Mineradores, o representante destaca a boa conduta dos produtores.

“Ao longo dos últimos anos, temos avançado bastante no desenvolvimento de vários projetos junto aos produtores de areia de Seropédica e os resultados têm sido bastante satisfatórios. Um deles é o bom relacionamento que temos tido com os órgãos de gestão ambiental”, avaliou Amisterdan.

Ele acrescenta, ainda, que o Sindicato tem trabalhado na busca da utilização de boas práticas e participado no dia-a-dia dos empresá-

rios associados, acompanhando processos, mantendo-os informados das novas práticas e leis ambientais, por exemplo. “Estamos sempre em discussões junto aos produtores para determinar as práticas de extração que amenizem o impacto da qualidade da água subterrânea e dos rios que fazem parte do corpo hídrico local”, completou.

### PARCERIA

Em 2015, o Sindicato tem como uma das metas dar continuidade aos processos de compensação ambiental e monitoramento, como os projetos de reflorestamento em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que forneceu 130 mil mudas para plantio durante a vigência dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), vigentes de 2005 a 2006 nos municípios de Seropédica e Itaguaí.

“Estas medidas de recuperação ambiental surgiram de propostas feitas ao INEA por parte do SIMARJ, para condicionar novos licenciamentos de empresas com passivos ambientais a uma compensação ambiental além das áreas da própria mineradora que já temos obrigatoriedade de recuperar”, disse o representante do SIMARJ no Comitê Guandu.

Outra pauta importante do SIMARJ é pensar o futuro da mineração. Para isto, o órgão também tem investido em ações de monitoramento qualitativo da água das lagoas de cava, que basicamente são corpos d’água que surgem após a extração de areia em determinados locais.

## COMITÊ GUANDU PROMOVE CURSO SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



Profissionais debateram diversos assuntos durante capacitação, como a percepção sobre sustentabilidade

A empresa Ciclos Consultoria Ambiental realizou no mês de abril, em Itaguaí, mais uma fase do projeto “Educação Ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos - Combate à poluição e adaptação à escassez de recursos hídricos”. Participantes dos municípios de Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro acompanharam o módulo “Formação de Agentes – Introdução à Gestão de Recursos Hídricos”.

A iniciativa busca a mobilização e instrumentação de atores dos segmentos de Usuários da Água, Sociedade Civil e Governo para o debate sobre a gestão na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu e é realizado com recursos da cobrança pelo uso da água da bacia da Região Hidrográfica II.

O público participou de uma dinâmica e assistiu à apresentação sobre a Bacia Hidrográfica e debateu sobre a percepção das pessoas sobre a sustentabilidade e uma simulação de aplicação de recursos.

Doma Alves, da Ciclos, é pioneiro nas metodologias de educação para o campo ambiental. Há mais de 20 anos na área, ele explica a importância de atividades lúdicas em ambientes profissionais. “No campo ambiental, a dinâmica funciona muito bem, inclusive porque, às vezes, se lida com interesses antagônicos. Ela serve para resgatar o interesse, quebrar amarras e preconceitos. Num ambiente mais leve, você aprende”, afirmou o educador.

Na capacitação, a bióloga Andrea Penido fez apresentação sobre o Comitê Guandu, os usos múltiplos da água, o ciclo hidrológico e a estrutura das bacias hidrográficas.

### INVESTIMENTOS

Durante o encontro houve uma discussão acerca da percepção das pessoas sobre a sustentabilidade. Doma Alves falou sobre a importância dos atos contínuos de conscientização, principalmente em relação à gestão das águas e apresentou o sistema de cobrança pelo uso da água, o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do Comitê Guandu, e diversos instrumentos de gestão, como o Plano de Bacia, o Enquadramento dos corpos hídricos e a outorga.

Divididos em grupos, os participantes discutiram e hierarquizaram projetos que receberiam recursos para sua execução, da maneira como são debatidas as ações no Comitê Guandu.

As soluções, inclusive considerando a crise hídrica, priorizaram o abastecimento e apontaram projetos de educação ambiental, políticas públicas e redução de perdas para mitigar o problema. Em ações de restauração e conservação florestal, as matas ciliares foram consideradas vitais, já que tornam o solo permeável e aumentam a recarga de água para os corpos hídricos. Francis Vale, do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) de Seropédica, apostou na gestão hídrica como um conjunto de esforços. “Ou entendemos isso (a gestão dos recursos hídricos) como um conjunto, ou o resultado final será comprometido”, afirmou a educadora.

Mais informações e inscrições para os próximos encontros: [josiani@ciclosconsultoria.com.br](mailto:josiani@ciclosconsultoria.com.br) e (21) 99447-8989.



Entre os ciclos de palestra realizados esteve o da bióloga Andrea Penido (à esquerda), que apresentou o Comitê Guandu

## RESUMO DAS ATIVIDADES

As Câmaras Técnicas do Comitê Guandu são instâncias do Comitê que analisam a fundo assuntos de acordo com suas pertinências, emitem pareceres e avaliações técnicas. São as Câmaras que elaboram ou analisam minutas de resolução e empreendimentos de impacto ambiental realizados na bacia, por exemplo. A seguir, destacamos um resumo dos principais assuntos debatidos nas últimas reuniões realizadas em 2015.

Vale ressaltar que, no fim de 2014, o Comitê Guandu aprovou a resolução nº 109, que extinguiu as quatro câmaras e criou outras duas.

### CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS GERAIS (CTEG)

Coordenador: Hendrik Mansur e Subcoordenadora: Franziska Huber

As antigas CTEP (Câmara Técnica de Estudos e Projetos) e CTCTE (Câmara Técnica de Ciência, Tecnologia e Educação) foram reunidas na CTEG, que assume o vasto espectro de discussão das anteriores. Em reunião realizada em março, foram escolhidos os novos membros que compõem a nova Câmara. Representando o segmento Usuários, estão Frederico Menezes (Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE), Márcio Peixoto (Sindicato dos Mineradores do Estado do Rio de Janeiro (SIMARJ) e Raul Romero (CEDAE). Já Camila Hellen de Lima (Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, Mobilidade e Ambiente Brasil - OMA-BRASIL), Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi), Hendrik Mansur (The Nature Conservancy - TNC) e Daniel Brotto (Universidade Veiga de Almeida - UVA) representam



a Sociedade Civil e Greice Kelly Mendes (Prefeitura de Seropédica), Tito de Araújo (Instituto Estadual de Ambiente - INEA), Andreia Loureiro (Prefeitura de Queimados) e José Arnaldo de Oliveira (Prefeitura de Japeri) representando o segmento Governo.

### CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE GESTÃO (CTIL-G)

Coordenador: Jaime Azulay e Subcoordenador: Paulo de Tarso



A CTIL-G assume a partir de 2015 as pautas das extintas CTIG (Instrumentos de Gestão) e CTALI (Assuntos Legais e Institucionais). Além das análises e contribuições para documentos do ponto de vista jurídico, a Câmara tem como prioridade discutir a gestão e a revisão da cobrança pelo uso da água. Em março foram

escolhidos os novos representantes. Os Usuários são representados por Jaime Azulay (Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE), Amisterdan Ribeiro Cristo (Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro - SIMARJ), Paulo de Tarso (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN) e Rinaldo Rocha (LIGHT). Já a Sociedade Civil é representada por Fernando Ribeiro (Conservancy International Brasil), João Gabriel Monteiro (FAETERJ - Paracambi), Vera Agarez (Universidade Veiga de Almeida - UVA) e Iran Bittencourt (Instituto Terra Preservação Ambiental - ITPA). Para o segmento de Governo, integram a Câmara Thayani Velasco (Prefeitura de Seropédica), Magno Roza (EMATER-RJ/Itaguaí), Andreia Loureiro (Prefeitura de Queimados) e José Arnaldo de Oliveira (Prefeitura de Japeri).